

AMBIENTE

Brasil é contra restrição externa ao mogno

Posição do governo contrária à inclusão da madeira nacional no texto da Conferência Internacional sobre Comércio de Espécies Ameaçadas, órgão da ONU, foi comunicada ao governo norte-americano

PABLO PEREIRA
 Enviado especial

MANAUZ — O governo federal acredita que a exploração de mogno na Amazônia não representa uma ameaça e quer impedir que a madeira nacional seja incluída na lista de produtos naturais ameaçados de extinção da Conferência Internacional sobre Comércio de Espécies Ameaçadas (Cites), organismo da ONU. Documento que define a posição do Brasil sobre a exploração e exportação de mogno, e de outras espécies, foi encaminhado no início do mês ao governo norte-americano.

A reunião da Cites, que deve redefinir uma política mundial sobre restrições na comercialização, está marcada para junho em Harare, capital do Zimbábue. A lista de espécies ameaçadas é dividida em três anexos. No primeiro, figuram as que devem ser protegidas. O segundo é sobre as espécies que precisam de controle de origem e destino.

Os ambientalistas defendem que o mogno seja incluído nesse item. O último anexo da Cites contém a relação de espécies ameaçadas específicas de cada país, o que obriga o país a informar sobre eventual localização de comércio ilegal em seu território.

O Brasil se antecipou. Não quer o mogno incluído entre as espécies ameaçadas da Cites. Se isso ocorrer, segundo o documento, haverá prejuízo para o País no mercado internacional de madeira. Enviado ao US Fish and Wildlife Service, órgão do governo americano, pela embaixada do Brasil em Washington, dia 5, a nota preparada pelo Ministério do Meio Ambiente

alega que o País tem sob controle a exploração do mogno. A carta endereçada a Charles W. Dane, responsável pelo departamento, é uma explicação sobre a decisão do Brasil.

A decisão provocou protestos de entidades internacionais de conservação. "Há pelo menos dois equívocos", afirmou Roberto Smeraldi, da organização não-governamental Friends of the Earth (Amigos da Terra), que tem representação no Brasil. O primeiro é o de o País ser contra a inclusão do mogno na lista do anexo dois da Cites. O segundo, de acordo com a entidade, é a forma como o governo brasileiro está encaminhando a posição.

De acordo com Smeraldi, há um equívoco diplomático. O documento

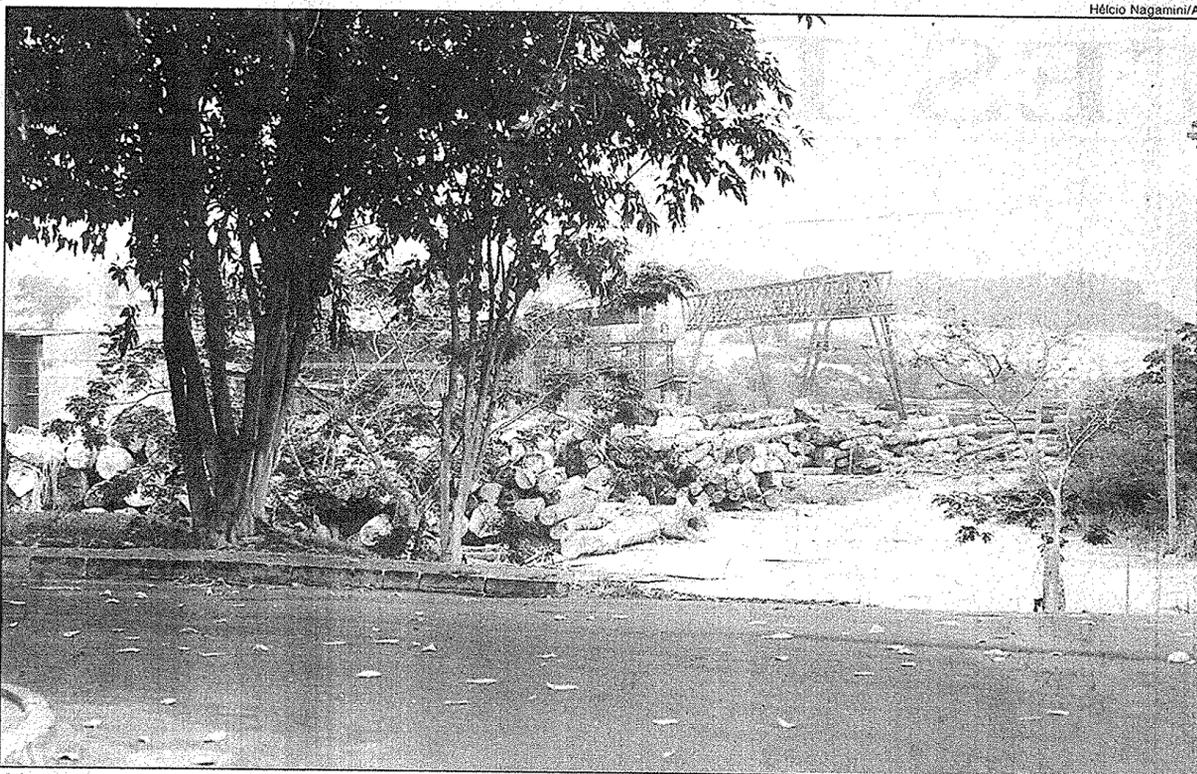
foi enviado ao governo americano. A Cites, que se reúne a cada três anos, é um fórum criado na década de 60 na ONU. De acordo com o ambientalista, a maneira escolhida pelo Brasil é estranha. "Há outros governos interessados na questão",

argumentou Smeraldi.

Campanha — A decisão de evitar que o mogno entre na lista faz parte de uma iniciativa de tentar demonstrar à comunidade internacional que há uma política eficiente de controle da derrubada da madeira. De acordo com o documento, a inclusão do mogno no anexo dois da Cites pode representar uma restrição à participação do Brasil no comércio internacional de madeira.

O documento explica que o governo adotou medidas de controle e de fiscalização, como o Decreto nº 1963/96, que suspendeu novas autorizações e concessões para exploração de mogno por dois anos, e que a exploração não representa ameaça à espécie.

**ENTIDADE
 CRITICA MEDIDA
 ADOTADA
 PELO PAÍS**



Pátio da Amaplac, do grupo WTK Organization, da Malásia, em Manaus: produção de 3.200 metros cúbicos de laminados por mês

País amplia fiscalização de empresas asiáticas

Polícia Federal, Exército e Receita ajudarão a combater a extração e venda ilegal de madeira

A posição do governo contra o controle externo na exploração do mogno ocorre bem no meio de uma forte tendência de abertura do mercado madeireiro a empresas asiáticas, que estão se instalando em Manaus. Grupos da Malásia e da China estão comprando empresas nacionais para produção de laminados e compensados. Diante da reação contrária de ambientalistas, o governo decidiu bancar uma política de fiscalização mais rigorosa. Somente o grupo WTK Organization, da Malásia, pretende investir US\$ 18 milhões no setor. A WTK comprou a empresa Amaplac no começo do ano, e uma área de 300 mil hectares no oeste amazense.

No final de outubro, uma comissão multiinstitucional, integrada por representantes do Ibama, de universidades e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), além de ambientalistas, decidiu suspender o projeto de Plano de Manejo Florestal (PMF) da WTK, que tramitava no Ibama. A câmara técnica, criada há três meses, quer que a empresa apresente estudos sobre o impacto ambiental. **Revisão** — Seguindo determinação de Brasília, o Ibama do Amazonas está recadastrando madeiras e fazendo uma triagem nos PMFs. Pelo menos 70 PMFs já foram examinados, 20 deles com trâmite regular. O restante foi suspenso. "A idéia não é impedir a entrada do capital estrangeiro, mas aplicar a regulamentação sobre a exploração da madeira", disse Hamilton Casara, titular do Ibama no Estado.

Nos últimos dias, o governo determinou que as atividades de fiscalização do Ibama recebam apoio da Polícia Federal, do Exército e da Receita. Esses órgãos devem dar suporte no trabalho de combate à extração e venda ilegal de madeira. "Estamos montando uma operação conjunta em toda a Amazônia Ocidental", disse, em Manaus, Mauro Spósito, superintendente

da PF no Estado.

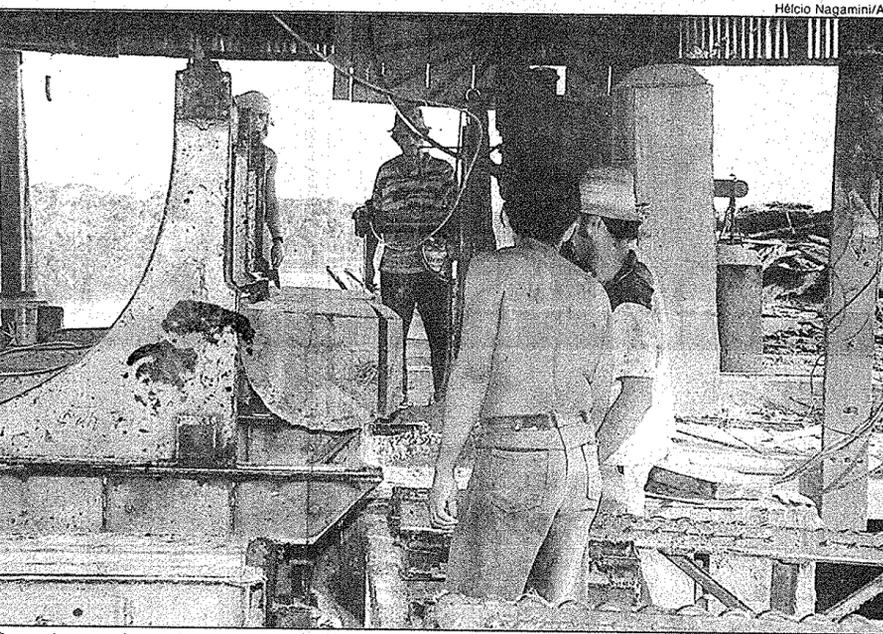
O primeiro PMF da empresa da Malásia era uma espécie de balão de ensaio que iria apontar onde havia buracos legais. O PMF da Amaplac, empresa comprada pela madeireira WTK, prevê a exploração de talhões de 8 mil hectares, num prazo de 25 anos, perfazendo 200 mil hectares na região de Caruaru, entre os Rios Purus e Juruá.

Na área da qual devem ser retirados 231.486 metros cúbicos por ano em cada talhão de floresta, segundo o PMF da WTK, não há devastação aparente, como ocorreu no sul do Pará e no centro-sul de Rondônia. Nesses Estados, extensas áreas de matas foram aniquiladas. Um sobrevôo na região, no entanto, permite identificar clareiras abertas pela extração. Do alto, avista-se também a copa de árvores secas. "É difícil saber se são árvores mortas por anelamento", explicou Juan Revilla, pesquisador do Inpa.

A técnica de anelar os troncos é usada para matar a árvore em pé. Os madeireiros fazem um anel ao redor do tronco, cortando o suprimento de seiva. A madeireira aguarda, então, a chegada da estação das águas, quando os rios saem dos leitos e invadem as florestas, criando a oportunidade da remoção das toras. Seca, a madeira pode ser derrubada com riscos menores de rachar. As espécies mais cobçadas no Juruá são samatuma, copaíba e muringa, usadas na fabricação de compensados.

Em Manaus, a direção da WTK não quis falar sobre a suspensão do PMF. No pátio da Amaplac, no distrito industrial, a madeira da "safra" de 95 sustenta a produção de cerca de 3.200 metros cúbicos de laminados ao mês. A empresa opera em dois turnos. De acordo com o madeireiro Waldemar Moraes, que vendeu a área em Caruaru aos malaio, a produção era de 2.500 metros cúbicos mensais em três turnos. "Eles são mais eficientes", disse.

Além da WTK, outros grupos da Malásia também vieram para o Brasil. As asiáticas vão se somar na exploração da madeira amazônica a empresas como Gethal (da Alemanha), Cifec (da China); Wagner (francesa); Carolina (EUA); e Mil Madeiras (Suíça).



Serraria na várzea do Juruá: apesar dos protestos ambientalistas, madeireiros negam devastação

Empresário critica política preservacionista da floresta

Segundo madeireiro, é possível conciliar proteção ambiental com a exploração da mata

CARAUARI — A exploração futura de cassiterita, petróleo e ouro. É esse o maior interesse por trás do discurso preservacionista e das medidas governamentais que restringem a exploração da madeira no Amazonas. A afirmação é do empresário madeireiro Waldemar Moraes, que vendeu 300 mil hectares ao grupo malaio WTK Organization, há sete meses, em Caruaru. Em Manaus, a empresa asiática comprou a indústria de laminados Amaplac para utilizar a madeira extraída das terras. Na semana passada, Moraes recebeu o Estado e criticou a política de conservação da região.

Estado — Como foi a operação de venda de terra para a WTK?

Waldemar Moraes — Eles queriam fazer uma sociedade. Mas as dificuldades dos órgãos governamentais impediram que isso se realizasse.

Estado — Então eles compraram a área?

Moraes — Eles já tinham adiantado o dinheiro. Ai nós demos a parte equivalente: R\$ 2,6 milhões.

Estado — Eles estão extraindo madeira?

Moraes — Não. Nem têm vontade.

Estado — Como eles sustentam a produção da Amaplac?



Moraes: pressão sobre o setor

Moraes — Com a madeira que compraram de produtores que têm projetos de plano de manejo.

Estado — Como está o mercado de madeira?

Moraes — Está meio fraco. Tanto é que Manaus, há alguns anos, tinha 25 mil empregos no setor. Hoje não tem 3 mil.

Estado — Qual é a causa dessa crise?

Moraes — Os planos econômicos do governo. Desde 86, é um atrás do outro.

Estado — Como o sr. vê as críticas de que essas empresas destruíram as florestas da Malásia e agora se transferem para o Brasil?

Moraes — Não posso nem te dizer direito, porque eu só escuto.

Estado — Qual é a diferença entre as duas florestas. Por que aqui não aconteceria isso?

Moraes — Aqui, quando a gente corta uma árvore, já tem muitos filhos embaixo. E ela precisa ser cortada para os filhos poderem subir e alcançar os raios solares. Não sei qual o tipo de floresta deles lá. Parece que não é bem igual. Lá, operam em terra firme. As nossas florestas são cortadas por igarapés. Se um trator andar 2 quilômetros, vai encontrar igarapés que na época das cheias ficam fundos. Essas são as dificuldades.

Estado — Dá para conciliar proteção ambiental com a exploração econômica da floresta?

Moraes — Dá, com certeza. Tanto é que aqui, desde o meu bisavô se tira madeira na Amazônia. Temos três fábricas fazendo isso e se tu andar na floresta não vais ver devastação.

Estado — O que o sr. quer dizer é que os madeireiros já fazem o manejo sustentável da floresta?

Moraes — Mas o mundo inteiro sabe disso. Só o Brasil que não.

Estado — De onde vêm essa pressão sobre o setor?

Moraes — Não sei explicar. Não sei se é ouro, petróleo, cassiterita.

70
 por cento da madeira brasileira está na Amazônia

2
 por cento é a participação do Brasil no mercado internacional

400
 bilhões de dólares/ano é a movimentação do mercado mundial

**DESDE O
 MEU BISAVÔ SE
 TIRA MADEIRA
 DA AMAZÔNIA**